

Bulhões olha para o futuro

por Belisa Contino
do Rio

(Continuação da 1ª página)

mais de uma hora do ex-ministro. Ali, Keynes aconselhava o novo presidente dos Estados Unidos a buscar a reativação da produção através de um aumento geral do poder de compra do consumidor, que seria resultante de dispêndio do governo, financiado por empréstimo e não por tributação. "Estamos hoje colocando mal esta mesma recomendação", sentenciou Bulhões, "que não se coaduna com o período inflacionário".

Longe de criticar o precursor da defesa da participação do Estado na economia, Bulhões afirmou que os meios por Keynes propostos não conseguem reequilibrar a economia por excesso de demagogia do governo. "É próprio dos homens desatender regras principalmente quando visam à popularidade. Os dispêndios do governo transformaram-se em sucessivos déficits acumulados em grande parte pelo desacerto de oferecer extenso programa de bem-estar social."

Este erro faz com que, de acordo com o professor, estejam em declínio as economias dos países desenvolvidos — "as transferências de renda que sustentam os programas sociais nos Estados Unidos superam a soma de lucros e poupança e exigem, portanto, emissões" — e está sendo repetido no Brasil. Toda a proposta do professor Bulhões baseia-se na sua correção: "A sociedade deve assegurar fonte previamente capitalizada para que seus programas de bem-estar social sejam fruto de renda real e não de transferências, porque viver de renda dos outros pode ser muito bom nas pregações da Igreja, mas não funciona na realidade".

APLICAÇÃO

DA LEI

Em síntese, o ex-ministro propõe o que considera a aplicação efetiva da lei que criou o programa de integração social, isto é, a formação de um fundo global de ações que daria aos trabalhadores participação nos lucros do conjunto das empresas, através de dividendos. "Infelizmente, dis-

se Bulhões, embora se arrecade um volume bastante vultoso de recursos, não há a compra de ações. Esta receita foi toda concentrada no BNDE, que, em vez de aplicar em investimentos, faz empréstimos. Embora afirme que, no Brasil, as transferências de renda ainda não sejam a causa da inflação — "a verdadeira causa é também aqui a expansão da base monetária, mas por causa dos subsídios, principalmente os do crédito agrícola, que rezo para serem extintos em 82" —, o

professor Bulhões defende a capitalização também como medida antiinflacionária, já que ela diminuiria a pressão das empresas por crédito. E também como antídoto ao desemprego, já que poderia "remediar perdas temporárias de salários e proporcionar novos investimentos".

Preocupado em disseminar suas idéias, o economista falou na televisão — "Se Churchill dispusesse deste instrumento, talvez o mundo hoje fosse diferente" — e vislumbrou a introdução

desses seus ensinamentos "de maneira velada nos diálogos das novelas, em programas cômicos ou mesmo nos anúncios". Reconhecendo, entretanto, a dificuldade operacional da prática deste método, socorreu-se em uma proposta política: "Talvez tenha de se apelar para expositores do quilate de um Jânio Quadros ou de um Olavo Setúbal, para que, com um povo devidamente esclarecido, alcancemos um programa econômico equilibrado e a segurança social".